

O Diferenciado e Exitoso Processo de Inserção Internacional da China

Matheus Samarone Machado

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: matheus.samaronemachado@gmail.com

César Garritano

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

E-mail: garritano.cesar@gmail.com

Resumo

O presente artigo discute o movimento de inserção internacional da China, processo que vem sendo realizado de forma organizada e planejada pelo Estado chinês desde o final da década de 1970, sob a característica de possuir algumas fases ao longo dos anos. Ao mostrar que tal processo de inserção tem ocorrido de forma diferenciada frente às experiências de outros países, o artigo também busca apresentar os principais indicadores econômicos da China, elucidando o sucesso da estratégia de abertura econômica promovida pelo Estado chinês. Adicionalmente, destaca-se o importante papel dos investimentos para o crescimento da economia chinesa.

Palavras-chave: China; Inserção Internacional; Planejamento Estatal.

Abstract

This article discusses the international insertion movement of China, a process that has been carried out in an organized and planned way by the Chinese State since the end of the 1970s, under the characteristic of having some phases over the years. By showing that this process of insertion has occurred differently compared to the experiences of other countries, the article also seeks to show the main economic indicators of China, elucidating the success of the strategy of economic opening promoted by the Chinese state. In addition, it highlights the important role of investments for the growth of the Chinese economy.

Key Words: China; International Insertion; State Planning.

1. Introdução

A década de 1970 trouxe acontecimentos singulares para a dinâmica do capitalismo mundial. Em uma década que teve como destaques o fim do chamado “Anos Dourados” e duas relevantes crises do petróleo, um importante ator global, que até então acreditava-se estar adormecido, começou a desenhar estratégias planejadas pelo Estado focadas em inserir sua economia globalmente, visando resgatar seu poderio perdido.

Ao final dos anos 1970, a China iniciou a busca de voltar a ter relevância no cenário mundial, visto que desde a Revolução Industrial vinha perdendo espaço tanto em termos econômicos como geopolíticos comparativamente aos países ocidentais mais desenvolvidos. Essa busca desenvolveu-se por intermédio de uma marcha peculiar de internacionalização, extremamente planejada pelo Estado do país e não subordinada ao capital mundial, em um momento em que avançava o processo de globalização.

Desse modo, o presente artigo buscará identificar as características diferenciadas da inserção da China no mundo, ocorrida a partir do final da década de 1970. Além desta introdução e das considerações finais, o artigo possui mais outras cinco seções. Na segunda seção, o artigo tentará elucidar a forma particular de inserção chinesa, a qual tem como pano de fundo básico o forte planejamento do Estado aliado a uma não subordinação ao capital internacional. Na terceira seção, se tentará identificar e comentar algumas das mais relevantes fases do processo de internacionalização chinesa que vêm ocorrendo nas últimas décadas. A quarta seção apontará o atual papel de destaque da economia chinesa no comércio global, bem como seu papel de credora internacional. A seção seguinte mostrará e discutirá alguns dos principais resultados econômicos e sociais da China. Por fim, a sexta seção apontará outro importante e dessemelhante motor da economia chinesa: o alto nível de investimentos no país.

2. A particular estratégia de inserção internacional da China

As reformas propostas e executadas a partir de 1949 por Mao Zedong permitiram as bases para o expressivo desempenho econômico da China nas décadas mais recentes, conforme defendem Herrera (2015) e Oliveira (2006). Considerando o paulatino definhamento econômico chinês comparativamente às nações ocidentais após o advento da Revolução Industrial, as reformas de Mao tinham como ponto fundamental a tentativa de almejar uma sociedade igualitária, com a provisão de infraestrutura urbana e rural e o desenvolvimento de um corpo burocrático que ascendeu através de critérios meritocráticos (OLIVEIRA, 2006).

Sob a liderança de Mao, os comunistas tentaram resgatar o poderio chinês que vinha até então se perdendo (CUNHA e ACIOLY, 2009), principalmente por meio de investimentos em indústrias pesadas e infraestrutura (MILARÉ e DIEGUES, 2015). Dessa maneira, como mostra Oliveira (2006), devemos pensar as enormes transformações ocorridas na China desde o meio do século passado até os dias atuais como um processo de constante evolução.

Todavia, como mostram Cunha e Acioly (2009), o caráter estratégico introvertido e fundamentado na coletivização forçada de Mao não promoveu a esperada reafirmação do poderio da nação chinesa. Dado isso, ao final da década de 1970 fortaleceram-se no interior do Partido Comunista Chinês (PCC) as perspectivas e visões reformistas, agora perante a liderança de Deng Xiaoping.

Deste ponto em diante, mais precisamente a partir de 1978, a China inicia um processo de aceleração da modernização de sua economia, bem como de internacionalização. Segundo Cunha e Acioly (2009), a China vem desde então aliando sua gestão macroeconômica de curto prazo ao planejamento de longo prazo, tendo como âncora o desenvolvimento de uma política externa mais ativa, aspirando a retomada de seu papel de protagonista internacional. Ademais, o procedimento de inserção externa da China vem ocorrendo de forma diferenciada das experiências dos demais países, fato primordial para entender a forte trajetória expansionista da economia do país nas últimas décadas.

Conforme Sawaya (2011), a estratégia de inserção dos chineses no capitalismo mundial é totalmente fora do usual em relação ao preconizado pelas práticas do *mainstream*, as quais pregam o Estado mínimo e a total liberdade ao capital como condições *sine qua non* para o sucesso de uma determinada economia. O ponto central da argumentação do autor é que a China tem conseguido preservar sua autonomia como nação frente às forças do capital internacional, sendo que outras nações periféricas não obtiveram tamanho êxito, uma vez que se encontram subordinadas. Na experiência chinesa, isso é decorrente da atuação de um Estado forte, que vem atraindo o capital externo de forma estratégica e planejada às suas vontades. E o autor ainda diz que a China:

“Atraiu as grandes empresas multinacionais globais dos principais centros hegemônicos, mas sob estrito controle do Estado chinês, e sob estratégias severas de uma economia centralmente planejada em processo de instalação de formas capitalistas de produção em uma economia periférica” (SAWAYA, 2011, p.18).

Diversos outros autores concordam com o exposto por Sawaya. Oliveira (2006) diz que a experiência chinesa contradiz a tese dos ortodoxos de que sob o processo de globalização, cabe ao conjunto dos países da periferia a renúncia de suas políticas domésticas, mencionando também a inserção mundial diferenciada e a condução da política cambial do país, de desvalorização de sua divisa. Acioly (2005) mostra que no que diz respeito à China, a interação entre o Investimento Externo Direto (IDE) e o acesso ao mercado global não foi decorrente da retirada dos entraves da livre circulação do capital.

Finalmente, Letizia (2007) resgata tanto a vontade de a China tornar-se novamente relevante no cenário internacional, como aponta a forma de como isso se tem realizado sob o escopo da mundialização do capital, na medida em que o autor diz que os chineses estão conseguindo construir de fato uma estratégia própria para jogar as cartas no capitalismo e deixar de ser periferia, procurando um dia recuperar o lugar de império que lhe foi tirado por forças internas.

3. As fases de inserção internacional chinesa

Cunha e Acioly (2005) expressam que o desejo de modernização e de inserção mundial da China, a partir do final da década de 1970, sempre foi fiel à constituição de um ambiente externo favorável ao crescimento do país, de tal modo que o entrelaçamento de três estratégias tem sido condições determinantes para alcançar o almejado objetivo, sendo elas: (i) a busca da redução de conflitos com seus vizinhos; (ii) uma maior aproximação com os países da Ásia Central, antigas zonas de influência da União Soviética e ricos em recursos naturais; (iii) o oferecimento de alternativas de mercado e de fontes de financiamento para parceiros tidos como estratégicos.

Ainda segundo esses autores, a internacionalização chinesa ocorre de forma gradual e pragmática, além de também aliada a uma boa dose de experimentação, com forte atuação e planejamento estatal. Cintra e Pinto (2015) elucidam tal perspectiva de forma mais acabada:

“E, graças à permanência da autoridade política – personificada no Partido Comunista Chinês –, as reformas são graduais, orientadas por uma visão de longo prazo, avaliadas de forma pragmática e implementadas de modo experimental, o que pressupõe um processo de aprendizado – com avanços e recuos – contínuo. E, exatamente, porque se retroalimentam de seus próprios

êxitos e contradições, as crises representam momentos de transições de uma fase para outra, contribuindo para o surgimento de novas formas ou novos modelos de organização e de gestão”. (CINTRA e PINTO, 2015, p.3).

Muitas foram as fases de abertura da economia do país ao mundo. Em um primeiro momento, a partir de 1982, foram eleitas quatro regiões costeiras estratégicas, com o intuito de serem próximas de centros asiáticos mais dinâmicos, a exemplo de Japão, Taiwan e Hong Kong (OLIVEIRA, 2006). Ainda de acordo com este autor, nomeadas de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), essas regiões tinham como características fundamentais a abertura ao capital estrangeiro e a produção de bens para suprir as necessidades do mercado externo. Além disso, produzir dentro das ZEEs era muito vantajoso, pois as empresas estrangeiras que ali se instalavam tinham uma série de benefícios, a exemplo de vantagens fiscais, liberdade cambial, facilidades logísticas e portuárias, autonomia administrativa e financiamentos concedidos pelo Estado.

Porém, uma vez tendo em mente a estratégia de inserção internacional chinesa não subordinada ao capital, as empresas multinacionais que adentravam às ZEEs eram obrigadas a dividir o seu controle com empresas estatais ou ex-estatais chinesas, através da formação de *joint ventures* (SAWAYA, 2011). Ao operar desta forma, os chineses adquiriram *know-how* junto às empresas internacionais, sendo que neste primeiro momento de inserção mundial a China, por meio das ZEEs, criou uma significativa zona de processamento de exportações em sua região costeira (CUNHA e ACIOLY, 2005). Nas palavras de Oliveira:

“tais países [Japão, Taiwan e Hong Kong] passam a delegar à China as etapas de produção com maiores vantagens competitivas, condição que conjugada aos benefícios das ZEEs, permitiu a utilização do país enquanto região de processamento e escoamento de parcela importante da produção voltada ao mercado externo de diversos países do sudeste asiático” (OLIVEIRA, 2006, p.4).

No ano de 1984, outra fase de liberação econômica começou a ocorrer. Com Deng Xiaoping considerando um sucesso a implementação das 4 primeiras ZEEs, autorizou a criação de mais 14 “*idades abertas*” (CUNHA e ACIOLY, 2005), dentre as quais, destaque para Xangai. Intituladas agora de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs), as quais, aliadas às ZEEs, deram “*curso a um processo de indução tecnológica a partir de parcerias com diversos países da região*” (OLIVEIRA, 2006, p.5). Por intermédio das ZDETs, procurava-se a atração de investimentos estrangeiros em tecnologia para muitos setores da economia chinesa, notadamente em energia e transportes.

Desde então, o processo de abertura econômica chinesa vem ocorrendo de forma gradual, com outros episódios relevantes de destaque. No início da década de 1990, Deng Xiaoping começa a pressionar por promoção de mais reformas, que teriam em seu âmago diretrizes modernizantes (CUNHA e ACIOLY, 2005). Entre o biênio 1991-92, mais 18 ZDETs foram criadas, sendo destacada a gênese de uma modalidade nova de ZEE, conhecida como Zona de Desenvolvimento de Alta Tecnologia.

No ano de 2003, a China já possuía pouco mais de 100 ZEEs reconhecidas pelo Governo. Esse enorme incremento recebeu a colaboração do programa de desenvolvimento do Oeste chinês, fato que permitiu a criação de ZEEs no interior do país (CUNHA e ACIOLY, 2005).

Outro passo chave e de extrema importância para o processo de inserção chinesa foi a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, após muitos anos de negociações com seus pares internacionais. A respeito disso, existe o

reconhecimento internacional de que o Governo da China tem procurado promover um ambiente institucional mais aberto e transparente, principalmente no que concerne à atenuação de barreiras tarifárias, à criação de novas regulamentações com o objetivo de uniformizar o tratamento tributário, à garantia do direito intelectual e de propriedade e à modernização do sistema financeiro. Todavia, ainda há problemas para seus parceiros comerciais, como observam Cunha e Acioly:

“observadores sugerem que o esforço de adequação dos marcos regulatórios às condições de uma economia que opera a partir de mecanismos de mercado, em um ambiente de globalização, está longe de configurar uma estrutura equivalente às das economias de mercado mais maduras” (CUNHA e ACIOLY, 2005, p.363).

Cabe notar que a forma de entrada do investimento direto externo (IDE) vem sofrendo modificações com o passar dos anos (ACIOLY, 2005). De início e como já comentado, a entrada de investimentos se deu através de *joint ventures*. Posteriormente, nos primeiros anos da década de 1980, a segunda forma de entrada de IDE foi através da organização das chamadas *wholly foreign firms*, que nada mais eram que empresas estrangeiras que podiam participar do processo produtivo apenas com seu capital próprio, ainda que somente dentro das ZEEs. Depois disso, e principalmente após a entrada da China na OMC, muitas das restrições à entrada de IDE vêm sendo progressivamente relaxadas, a exemplo da permissão de empresas estrangeiras poderem, em algumas regiões fora das ZEEs, utilizar na totalidade capitais próprios, não mais havendo a necessidade de parcerias junto ao Estado chinês.

Ponto de extrema relevância também a ser destacado é a evolução do padrão dos bens manufaturados produzidos pela China, com uma transição importante ocorrendo ao longo das últimas décadas: de produtos de baixo valor agregado a bens de elevado padrão e tecnologia de ponta (MASIERO e COELHO, 2014). Segundo tais autores, a política industrial vem focando suas forças no aprimoramento de três setores-chave de tecnologia de ponta e que geram significativos encadeamentos, sendo eles: metal-mecânico, químico e eletroeletrônico.

Com isso, Masiero e Coelho (2014) mostram que a China não só se tornou um grande centro receptor de capitais estrangeiros, como também começou a atuar, na virada do século, tal como um grande ator mundial, no que os autores cunham de estratégia *going global*, a qual procura a internacionalização produtiva das empresas chinesas, notadamente por intermédio de uma política industrial muito bem articulada pelo Estado do país. Sobre essa estratégia *going global*, que vem sendo incentivada pelo Governo chinês mais recentemente, Cunha e Acioly escrevem:

“Em um novo momento, já no século XXI, o país partiu para a internacionalização de seus capitais e da sua moeda. Desde 2001, através de políticas como o going global, o governo vem estimulando os investimentos internacionais das empresas nacionais, especialmente as estatais, em áreas estratégicas, bem como permitindo que seus vizinhos utilizem o yuan para liquidar pagamentos no comércio bilateral regional” (CUNHA e ACIOLY, 2005, p.355).

4. A China no comércio internacional: de coadjuvante a protagonista

Os principais indicadores econômicos e sociais da China têm amplamente mostrado que a estratégia de inserção mundial do país foi e está sendo um sucesso.

Segundo Magalhães (2016), a participação da China no comércio global aumentou de modo espetacular nas últimas décadas, com avanços expressivos tanto do nível de exportações como de importações, alcançando o topo do ranking nesses quesitos.

Considerando os dados da UNCTAD (2016), a participação das exportações chinesas no comércio global vinha aumentando vagarosamente durante a década de 1990, crescendo a níveis próximos, ainda que inferiores, a 3%. A partir do início dos anos 2000, notadamente após a entrada da China na OMC, houve expressiva evolução positiva deste cenário, com a participação global de suas exportações subindo para incríveis 14% em 2015, atingindo a cifra de US\$ 2,2 trilhões. Em termos comparativos, esse valor é maior que as exportações do Japão, Reino Unido, França e Itália juntos no mesmo período. Outra importante peculiaridade é o fato de a China ser, atualmente, o maior exportador do mundo, na medida em que ultrapassou a Alemanha em 2009 (MAGALHÃES, 2016).

Ao concentrar a análise nos países desenvolvidos, é possível notar o quão relevante é a economia chinesa para os mesmos. Conforme exposto pelas figuras 1 e 2, dispostos abaixo, a China é a principal origem das importações, tanto dos Estados Unidos quanto da União Europeia. Ao passo que 20,3% de todas as importações da União Europeia enquanto bloco são de origem chinesa, esse número sobe para 21,3% quando analisados os números dos Estados Unidos. A China também é a principal parceira comercial do Japão, tendo representado 25,7% das importações de bens do país em 2015 (BANCO MUNDIAL, 2016).

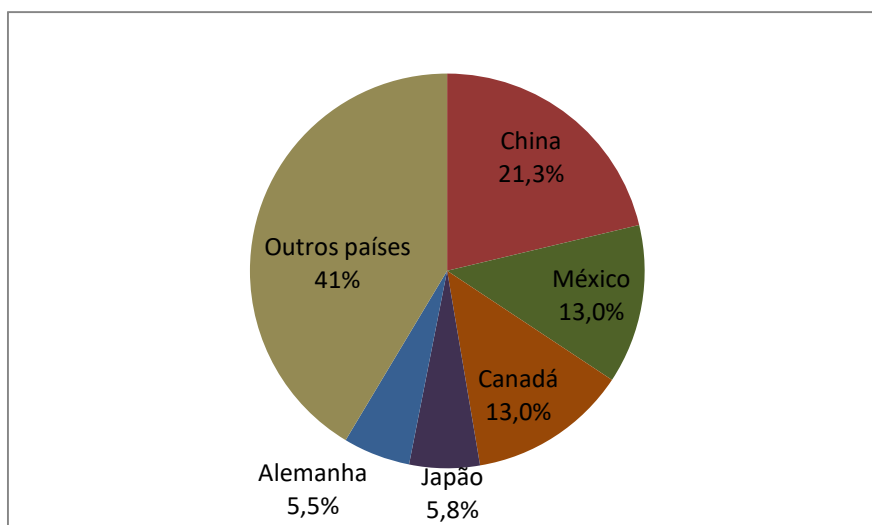


Figura 1: Distribuição por países de origem do total da importação dos Estados Unidos da América em 2015

Fonte: US Census Bureau. Elaboração própria.

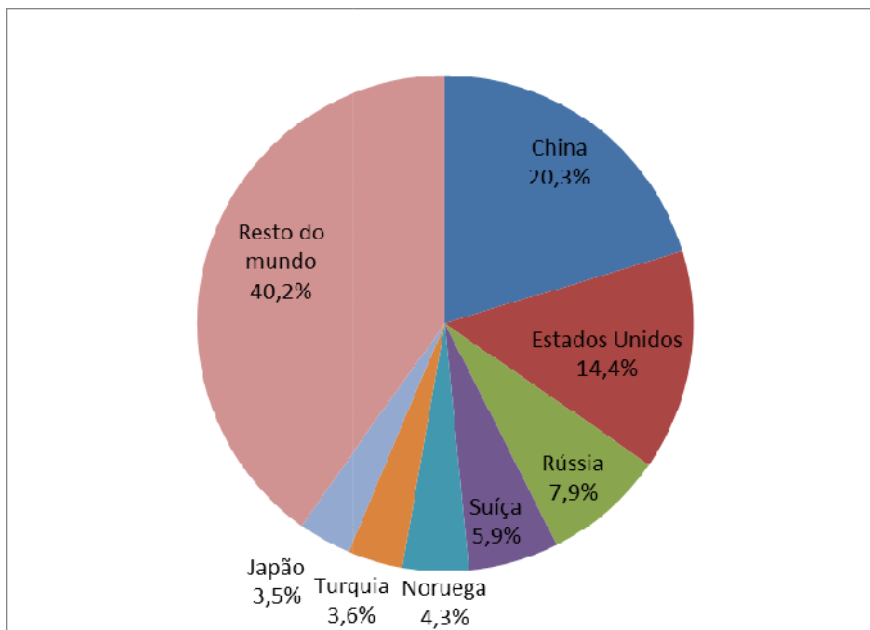


Figura 2: Distribuição do total da importação de bens da União Europeia por países de origem em 2015

*China: exclusive Hong Kong

Fonte: Eurostat. Elaboração própria.

A característica das exportações chinesas cada vez mais tem sido de produtos de elevada tecnologia, dado o contínuo progresso industrial do país. Em 2015, a China correspondeu por 19% das exportações globais de manufaturados. Em 20 anos, no recorte de 1995 a 2015, o conjunto de exportações de industrializados chineses intensivos em trabalho e matérias-primas aumentou de 8% para 33% do total mundial (UNCTAD, 2016). No mesmo período de tempo, as exportações de manufaturados de alta intensidade tecnológica subiram de 2% para 17%.

No que tange ao desempenho das importações, a participação do país também deu um enorme salto, na medida em que as compras do exterior cresciam abaixo de 1% na década de 1990, aumentando para 10% em 2015, ficando atrás apenas dos EUA, com 12% (UNCTAD, 2016). Abaixo, a figura 3 apresenta a expressiva evolução das exportações e importações da China em bases mensais em pouco mais de duas décadas.

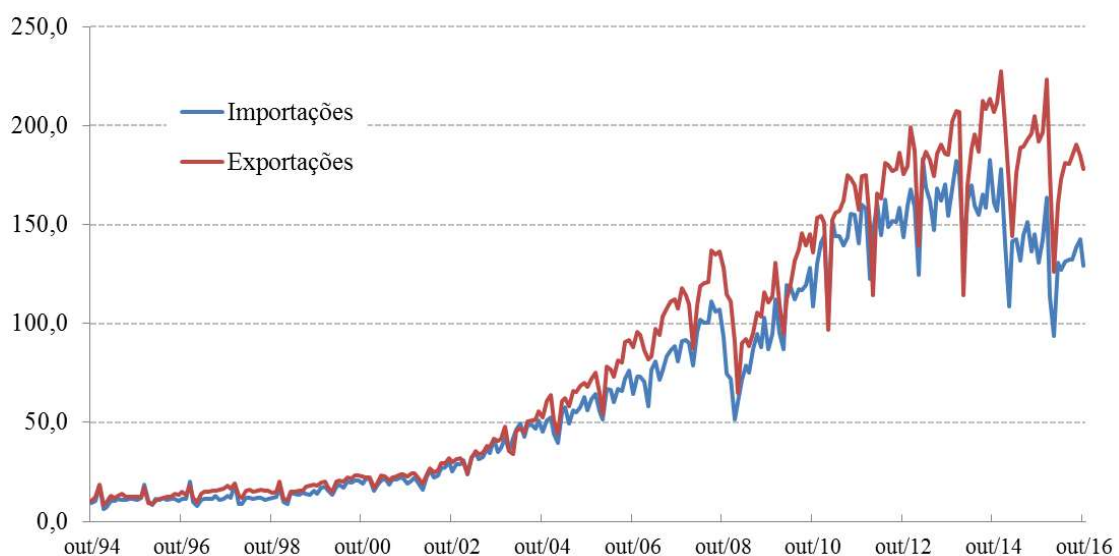


Figura 3: Exportações e Importações da China (em bilhões de US\$)

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

O papel de principal fornecedora de produtos manufaturados para as demais economias, em especial dos países desenvolvidos, proporcionou sucessivos saldos positivos na balança comercial da China, a qual segundo o Banco Mundial não apresenta um maior nível de importações em relação às exportações desde a metade da década de 1990.

O longo período com saldos comerciais positivos gerou um acúmulo de reservas chinesas. O país passou a financiar os déficits comerciais de países desenvolvidos, como os Estados Unidos, com as divisas resultantes da relação comerciais com eles mesmos.

A China possuía em outubro de 2016 o maior nível de reservas internacionais do mundo, com um total superior a US\$ 3,12 trilhões de acordo com a Agência Estatal de Administração de Reservas Cambiais¹ da China.

Desse total, aproximadamente um terço das reservas chinesas estão alocadas em títulos do tesouro americano, o que coloca a China como a maior financiadora dos Estados Unidos da América, totalizando US\$ 1,16 trilhão em setembro de 2016, com aproximadamente 18,8% dos títulos estadunidenses estando em poder dos chineses, conforme exposto pela figura 4, a seguir.

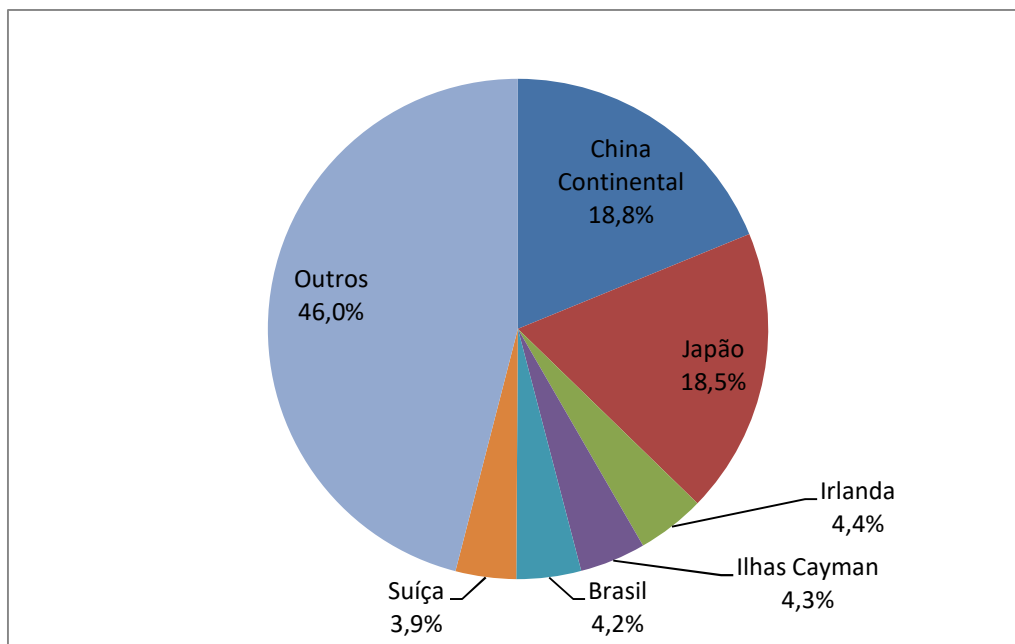


Figura 3: Maiores financiadores da dívida estadunidense em setembro de 2016

Fonte: Tesouro dos Estados Unidos. Elaboração própria.

5. Principais resultados econômicos e sociais após a inserção da China

Sobre o desempenho do PIB chinês, a figura 4 mostra o crescimento ocorrido nos últimos anos, com destaque principalmente para a expansão assombrosa verificada a partir dos primeiros anos da década passada. Em termos percentuais, a China é o país que há muitas décadas detém, em média, a maior taxa de crescimento. De 1978 a 2015,

¹ Tradução livre de *State Administration of Foreign Exchange*.

o PIB chinês cresceu 9,7% em média, sendo esse “o mais intenso e prolongado processo de aceleração do crescimento do que se tem registro” (NAUGHTON apud CUNHA e ACIOLY, 2009).

Como também destacado pela figura 4, disposta a seguir, a participação chinesa no produto mundial, que equivalia a menos de 1% no início dos anos 1970, passou a representar mais de 14% de todo o mundo em 2015, segundo o Banco Mundial.

O país ultrapassou a barreira dos US\$ 2 trilhões na segunda metade dos anos 2000 e em aproximadamente vinte anos alcançou uma produção sete vezes maior, superando a marca de US\$ 14 trilhões, posto que o posicionou como segunda maior economia mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

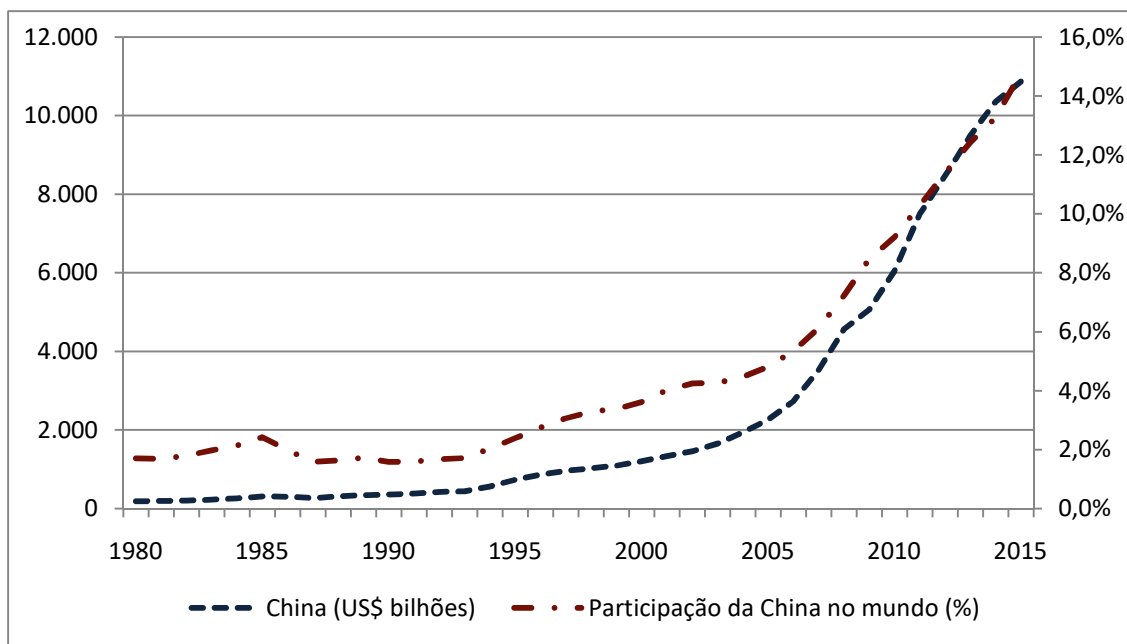


Figura 4: Evolução do PIB chinês e de sua participação no PIB mundial entre 1980 e 2015

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Em termos de nível de crescimento anual, a China foi consistentemente o país com maior expansão de sua economia nos últimos quarenta anos quando consideradas as principais economias do mundo. A figura 5² demonstra que a economia chinesa tem crescido a elevadas taxas, principalmente quando comparada aos crescimentos da União Europeia, do Japão, dos Estados Unidos e da média mundial.

² Os níveis de crescimento da figura 5 diferem da figura 4, uma vez que ao passo que a figura 4 apresenta o nível de produção em dólares – sujeito a variações cambiais em sua conversão –, a figura 5 apresenta a taxa de crescimento anual em moeda local, não estando sujeita aos impactos proporcionados pela conversão cambial.

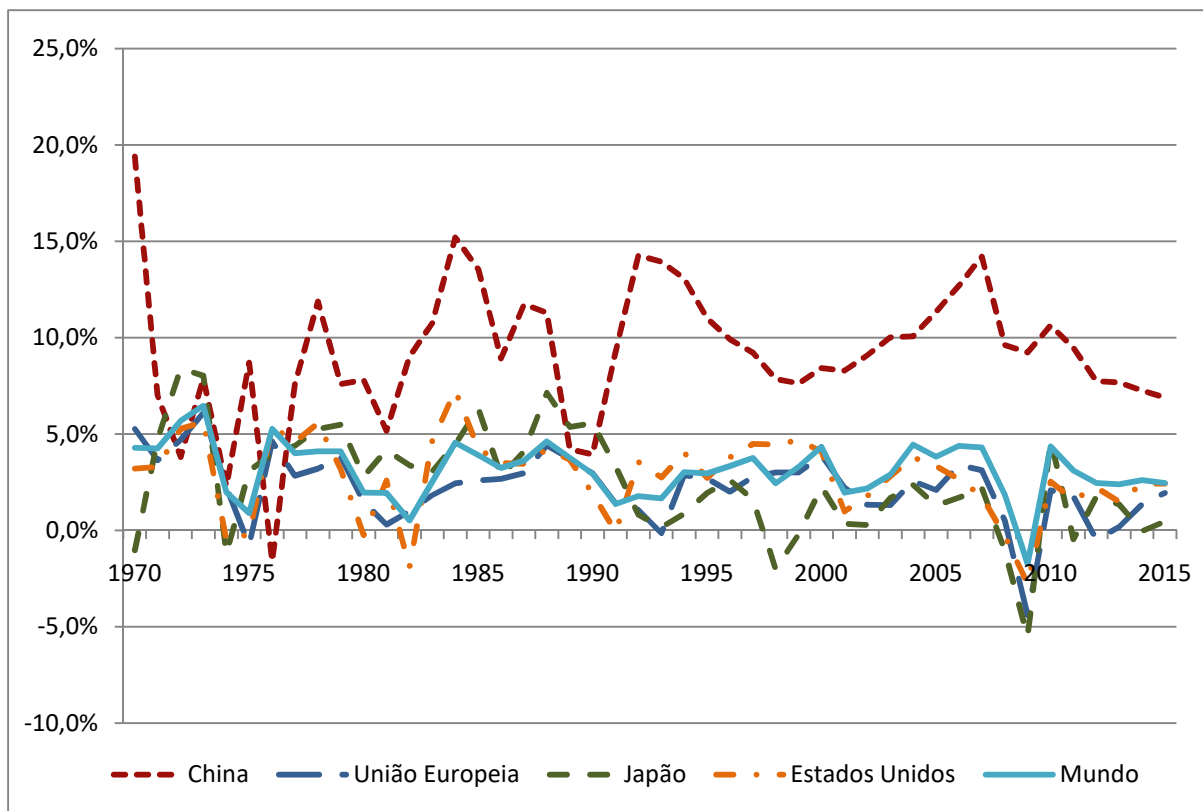


Figura 5: Taxa de crescimento do PIB

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

É possível notar que desde o fim dos anos 1970 a economia chinesa cresceu consistentemente a taxas superiores à economia mundial, além de também apresentar crescimento maior que as principais economias mundiais, expostas na figura 5. Com exceção do período entre 1988 e 1990, no qual a China cresceu em média 3,8% e teve um crescimento inferior ao do Japão (pouco acima de 5% ao ano no mesmo período), a segunda maior economia mundial em 2015 cresceu sempre a maiores taxas que o próprio Japão (exceto no período anteriormente exposto), Estados Unidos e União Europeia.

Mesmo durante a crise financeira iniciada em 2007, com o PIB mundial decrescendo em 2009, o crescimento chinês se manteve em elevados patamares (aproximadamente 10%), evitando que o PIB mundial decrescesse ainda mais. A atual desaceleração chinesa, ainda que existente, é insuficiente para caracterizar um esgotamento da política de crescimento chinesa, uma vez que o produto do país ainda tem se elevado significativamente, a taxas muito superiores às mundiais e às dos países desenvolvidos.

Esse nível de crescimento econômico muito superior qualificou a economia chinesa como a segunda maior do mundo, totalizando US\$ 10,87 trilhões em 2015, o equivalente a 14,78% de toda a produção mundial. Conforme ilustrado pela tabela 1, a seguir, a China teve um PIB quase três vezes maior que o Japão, terceira maior economia mundial, e sozinha representa mais da metade do PIB de todo o Leste Asiático e Pacífico.

Tabela 1: Ranking do PIB mundial em 2015

País	PIB - 2015 (milhões de dólares)	% no PIB mundial
Estados Unidos	17.946.996	24,42%
China	10.866.444	14,78%
Japão	4.123.258	5,61%
Alemanha	3.355.772	4,57%
Reino Unido	2.848.755	3,88%
França	2.421.682	3,29%
Índia	2.073.543	2,82%
Itália	1.814.763	2,47%
Brasil	1.774.725	2,41%
Canadá	1.550.537	2,11%
Mundo	73.502.341	100,00%
Leste Asiático e Pacífico	21.281.190	28,95%
Europa e Ásia Central	19.985.557	27,19%
América Latina e Caribe	5.298.318	7,21%
Oriente Médio e Norte da África	3.113.598	4,24%
América do Norte	19.503.407	26,53%
Ásia do Sul	2.666.094	3,63%
África Subsaariana	1.572.873	2,14%

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Além da evidente transformação econômica, as transformações populacionais também foram enormes no território chinês nas últimas décadas. Em 1978, do total de 962,5 milhões de habitantes, 790,1 milhões moravam no campo, ao passo que 172,4 milhões habitavam em zonas urbanas. Isso apontava, em termos percentuais, 82,1% de residentes no campo e 17,9% na cidade. Os dados mais atuais, que se referem ao ano de 2014, mostraram uma inversão de cenário, ainda que o contingente de moradores em zonas rurais siga sendo expressivo e muito mais elevado quando comparado a países desenvolvidos. Do total de 1,368 bilhão de chineses, 749,2 milhões (54,8%) vivem em zonas urbanas e 618,7 milhões (45,3%) moram no campo (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2015).

Um dos dados mais eloquentes é o que mostra a espetacular queda dos níveis de pobreza na China. De acordo com Cunha e Acioly (2009), estudando dados do Banco Mundial, desde o final da década de 1970 três quartos da diminuição da pobreza global se localiza na China. No período de 1990 a 2005, “cerca de 400 milhões de pessoas ultrapassaram a linha da pobreza monetária, de um dólar por dia” (CUNHA e ACIOLY, 2009, p.368).

6. Mais do que a abertura econômica, uma política de Estado: o papel dos investimentos no crescimento chinês

Segundo Nakatani *et al* (2012), assim como as seções anteriores deste trabalho indicam, uma das interpretações para o expressivo crescimento da China a partir dos anos 1980 coloca a demanda externa como protagonista. Isso decorre da crescente participação das exportações sobre o PIB chinês, conforme pode ser analisado a partir da figura 6.

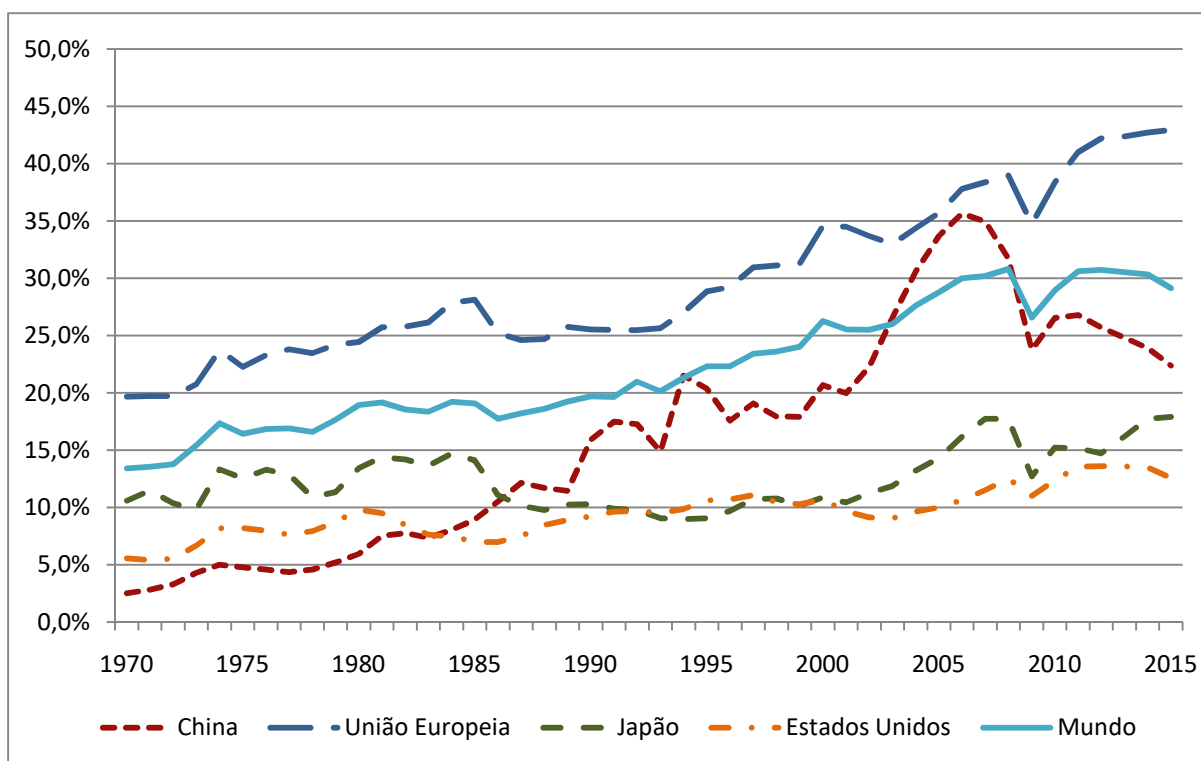


Figura 6: Exportação de bens e serviços como porcentagem do PIB

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Entretanto, conforme é possível notar, as exportações, ainda que significativas, não representam percentualmente um valor maior que as exportações noutros locais do mundo, como da União Europeia. A participação das exportações no PIB da China é menor do que a média mundial, representando pouco mais de 20% do PIB em 2015. Isso indica que, apesar de significativa, a demanda externa não aparenta ser o único motor para os altos níveis de crescimento do país.

Esta conclusão ganha ainda mais expressividade quando analisada em conjunto com as importações. O saldo comercial, resultado da diferença entre exportações e importações do país, representou menos que 4% do PIB da China em 2015, nível quase idêntico ao da União Europeia, conforme exposto na figura 7, a seguir:

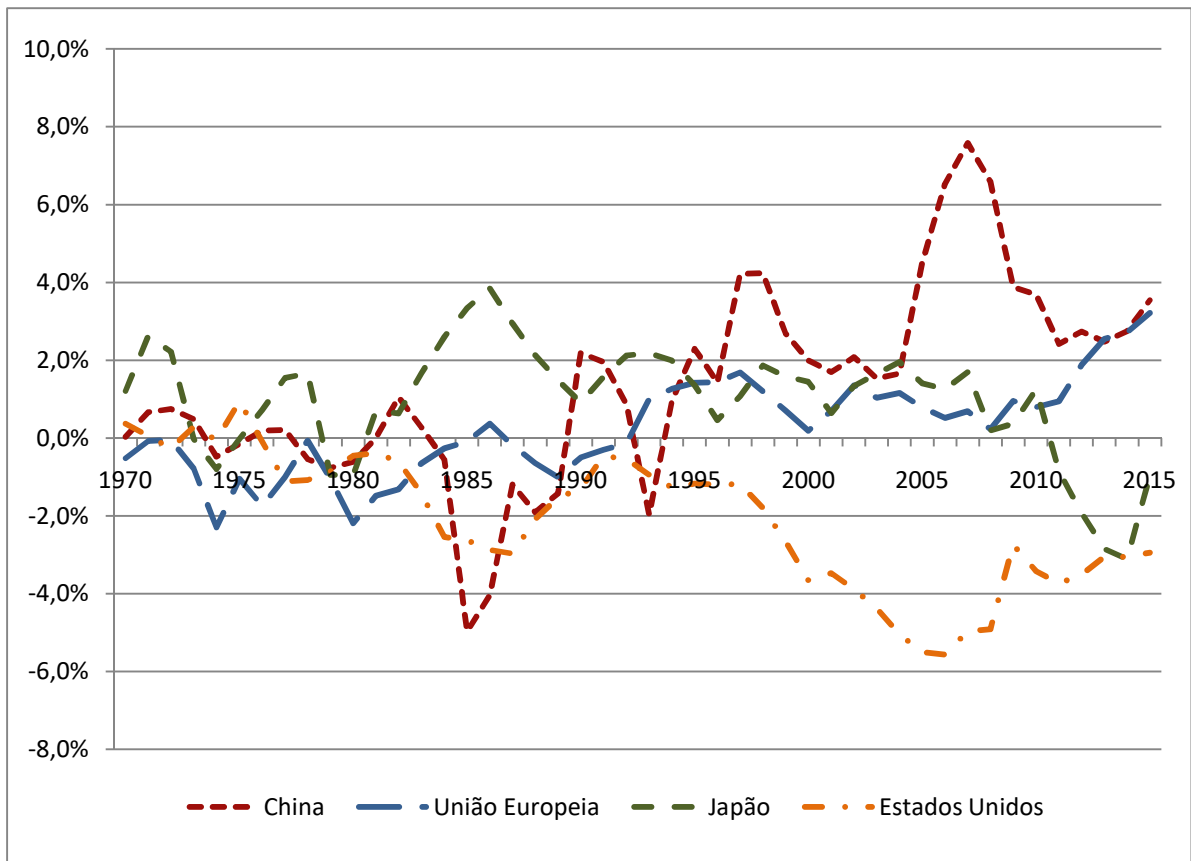


Figura 7: Saldo comercial como porcentagem do PIB

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Exposto que a demanda externa não é a única força motriz da economia chinesa, é necessário voltar as atenções para os componentes internos da economia que possam explicar o crescimento da China nos últimos quarenta anos.

Conforme exposto pela figura 8, a seguir, a participação da formação bruta de capital fixo no produto chinês é expressivamente maior do que na média mundial e do que nos países desenvolvidos analisados. Mais do que isso, enquanto as tendências dos países desenvolvidos eram de redução – ou manutenção – dos investimentos em participação do PIB, a China o ampliou, com os investimentos no país alcançando o patamar de 46,2% do seu PIB em 2014, valor superior ao dobro do apresentado pelos outros países analisados e pela média mundial.

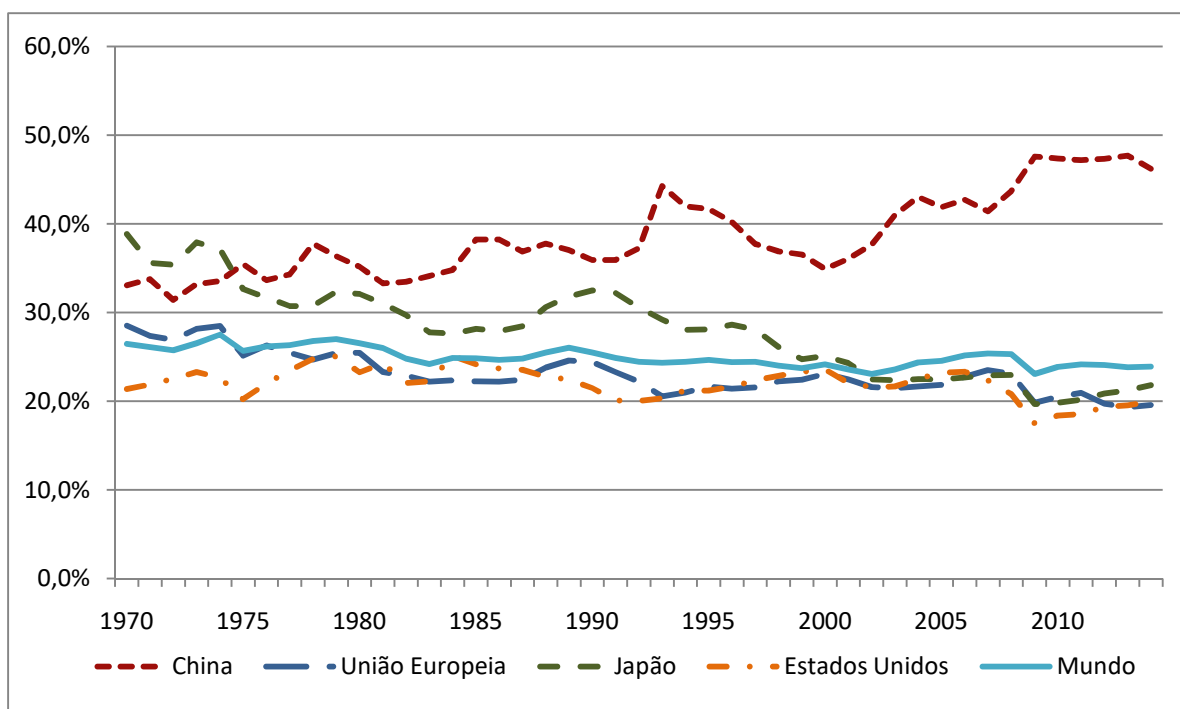


Figura 8: Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Os altos investimentos são frutos da inserção internacional da China na produção mundial de manufaturados. Diversas empresas, especialmente de origem estadunidenses e europeias, moveram sua produção para o território chinês, atraídos por um custo de produção consideravelmente menor em comparação aos seus países selecionados. Isso, somado às produtividades dos trabalhadores, proporcionou a produção de bens a preços bem inferiores aos até então praticados.

Morais (2015) destaca que apesar da forte presença de investimentos imobiliários, que podem resultar em uma bolha de preços, e de ser necessário incrementar o consumo interno, “os investimentos industriais e em infraestrutura continuam perfazendo fatias substantivas do investimento total” (MORAIS, 2015, p.247-48).

Os investimentos produtivos de empresas exteriores, no entanto, não é a única causa para sua representatividade no PIB da China. Segundo Morais (2015, p. 250), 3,2% dos investimentos chineses são públicos desde os anos 2000; entretanto esse valor é ainda superior quando acrescido o valor referente às empresas estatais, as quais não têm seus investimentos incluídos nos dados oficiais de investimentos públicos.

Desta forma, é possível notar o importante papel do Estado chinês no recente crescimento econômico, tanto no planejamento e atração de investimentos estrangeiros, como no próprio investimento estatal.

Ao passo que as exportações e o saldo comercial, mesmo representando uma fatia significativa do PIB chinês, não apresentam valores muito divergentes em proporção do PIB de outras grandes economias mundiais, como a União Europeia, os investimentos na China aparentam ser um dos grandes diferenciais da economia do gigante asiático quando comparada aos países desenvolvidos.

Ainda que diversos fatores sejam relevantes para seu crescimento consideravelmente maior comparativamente ao resto do mundo, como o controle estatal do setor financeiro e outros setores estratégicos, os altos níveis de investimento,

somados à exitosa abertura econômica do país, apresentam papéis de protagonismo no crescimento chinês nas últimas décadas.

7. Considerações Finais

Este trabalho procurou demonstrar que o processo de inserção mundial da China ocorreu de modo diferente do visto em outros países, principalmente em relação aos periféricos. Enquanto estes abriram sua economia para o capital externo de forma passiva e subordinada, a China vem nas últimas décadas adotando uma internacionalização organizada, gradual e sob enorme planejamento do Estado chinês.

A trajetória de abertura econômica chinesa tem sido através de fases, sendo que desde o final da década de 1970 até os dias atuais, o processo de abertura vem se intensificando cada vez mais – principalmente após a entrada do país na OMC.

Os principais resultados econômicos e sociais mostram que a estratégia desenvolvida de inserção mundial adotada pela China, somada aos altos níveis de investimentos presentes no país, vem obtendo sucesso, na medida em que não há precedentes na história de tão longo e significativo crescimento do PIB. Além disso, a corrente de comércio chinesa vem se expandindo, a produção da indústria passou de produtos de baixo valor agregado para bens de alto padrão, os níveis de pobreza vêm caindo, juntamente com um contínuo processo de urbanização.

Sem dúvidas, a China vem conseguindo atingir seu ideal traçado há algumas décadas de se tornar novamente um relevante ator no cenário internacional. Em um mundo onde tem predominado as visões de liberalização dos mercados para a livre circulação do capital, a tomada de decisão do Estado chinês em planejar a inserção mundial do país parece ter sido uma decisão acertada e que vem trazendo importantes impactos não só para a China, mas também para todo o mundo.

8. Referências Bibliográficas

ACIOLY, L. (2005). “China: uma inserção externa diferenciada”. *Economia Política Internacional*, CERIE/Unicamp, Campinas, n.7, pp. 24-31.

BANCO MUNDIAL. *Exportação como porcentagem do PIB*. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/NE.EXP.GNFS.ZS>>. Acesso em 19 de novembro de 2016.

_____. *Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB*. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/NE.GDI.TOTL.ZS>>. Acesso em 21 de novembro de 2016.

_____. *Importações como porcentagem do PIB*. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/NE.IMP.GNFS.ZS>>. Acesso em 19 de novembro de 2016.

_____. *PIB chinês e de sua participação no PIB mundial*. Disponível em <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?order=wbapi_data_value_2013+wbapi_data_value+wbapi_data_value-last&sort=desc> Acesso em 18 de novembro de 2016.

_____. *Principais parceiros comerciais do Japão*. Disponível em <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/JPN/Year/2015/Summarytext>>. Acesso em 22 de novembro de 2016.

_____. *Ranking dos maiores PIB mundiais*. Disponível em <<http://data.worldbank.org/data-catalog/GDP-ranking-table>>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

_____. *Taxa de crescimento do PIB*. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em 21 de novembro de 2016.

CHINA STATISTICAL YEARBOOK (2015). “Beijing: National Bureau of Statistics of China”. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2015/indexeh.htm>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E.C. “China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento”. Texto para discussão nº 006, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, A. M.; ACIOLY, L. “China: ascensão à condição de potência global – características e implicações”. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (Org.). *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: IPEA, 2009.

EUROSTAT. *Importação de bens da União Europeia em 2015*. Disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/International_trade_in_goods>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

HERRERA, Rémy – “Alguns problemas (e paradoxos) ligados à internacionalização da economia chinesa”. *Revista da SEP*, 37, fevereiro de 2015. Disponível em <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/45>>. Acesso em 25 de novembro de 2016.

LETIZIA, V. “A pesada herança histórica da China moderna”. PUC-SP Mimeo. São Paulo, 2007.

MAGALHÃES, D. T. A. “Sob as asas do dragão: globalização comercial liderada pela China”. In: III Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação. *Repensando Interesses e Desafios para a Inserção Internacional do Brasil no Século XXI*. Florianópolis, 2016.

MILARÉ, L. F. L.; DIEGUES, A. C. “A industrialização chinesa por meio da tríade autonomia-planejamento-controle”. *Leituras de Economia Política*, Campinas, p. 65-98, 2015.

MORAIS, Isabela Nogueira de. *Desigualdades e políticas públicas na China: investimentos, salários e riqueza na era da sociedade harmoniosa*. Org. Cintra *et al.*

China em transformação – dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Ipea, 2015, cap. 5.

NAKATANI, Paulo *et al* – expansão internacional da China através da compra de terras no Brasil e no mundo. 2012. Disponível em <http://www.unifal-mg.edu.br/economia/sites/default/files/economia/NEheEP/Artigo_Faleiros.pdf>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, G. C. “O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China”. Texto apresentado no Congresso da Sociedade de Economia Política, 2006.

SAWAYA, R. R. “China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial”. In: Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG. III Seminário sobre Pesquisas em Relações Econômicas Internacionais. Brasília: FUNAG, 2011.

STATE ADMINISTRATION OF FOREIGN EXCHANGE. *Reservas internacionais da China*. Disponível em <<http://www.safe.gov.cn/wps/portal/english/Data/Forex>>. Acesso em 26 de novembro de 2016.

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY. *Maiores financiadores da dívida estadunidense*. Disponível em <<http://ticdata.treasury.gov/Publish/mfh.txt>>. Acesso em 22 de novembro de 2016.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. *Distribuição por países de origem das importações dos Estados Unidos*. Disponível em <https://www.census.gov/foreign-trade/Press-Release/2015pr/final_revisions/index.html>. Acesso em 18 de novembro de 2016.

UNCTAD (2016). “United Conference on Trade and Development (2016) statistic database”. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org>>. Acesso em 12 de novembro de 2016.